

A cidade imaginada: controvérsias rurais-urbanas em Lima Barreto

Introdução

A República que se descortinou aos olhos brasileiros em 1889 trazia uma desconfiança renitente e uma benfazeja brisa de modernidade. Novos ânimos, nova era, novas conquistas. A Proclamação, como o próprio termo pode indicar, predisps-se como uma cartada da elite. O povo, a massa, como dizia Aristides Lobo (1889), assistira ao evento bestializado, isto é, sem entender ao certo o que se passava.

É sensato considerar que a Primeira República (1889-1930) se configurou como um período de transição de uma economia essencialmente rural para uma economia generalizadamente urbana, mas ainda com base agrícola. Em que pesem as teses mais estruturalistas, o impacto mais efetivo ocorreu na transferência dos investimentos para o setor de manufatura e da indústria. Todavia, esse “deslocamento estratégico” se deu apesar das disposições sociais. Não se pode negar o peso do discurso e da crença na vocação agrária do país que sustentara, durante todo período imperial, as medidas políticas do Estado e as decisões de mercado.

A base produtiva agroexportadora fora descentrada, mas não suplantada com facilidade. Registre-se o papel de protagonismo econômico que as atividades do setor agrícola e pecuário sempre mantiveram na economia nacional, sobretudo em relação às exportações. A questão é que o país se tornava industrial aos poucos e essa alteração impactava de imediato as noções de mentalidade social, com uma importância cada vez maior despendida às cidades. Em síntese, a questão central que permeava as discussões da Primeira República era o impasse na definição de que tipo de país se estava construindo. As forças, obviamente antagonistas, mostravam uma herança rural predominante e

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e doutorando do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: kummer2004@yahoo.com.br.

poderosa, enquanto a robustez de um projeto industrial-urbano crescia em relação diametralmente associada às dinâmicas mundiais.

Como critério de classe, a fragilidade burguesa escancarava as dificuldades de modernização. Muito embora tenha ocorrido uma influência impactante de articulação das incipientes camadas empresariais urbanas, coube a um deslocamento tímido e inseguro do capital agrário que permitiu investimentos na industrialização do país. De toda forma, as condições de vida da população, embrenhadas maciçamente na pobreza rural, mantinham tímidas as tentativas de modernização, paradoxalmente porque eram produzidas pela conjuntura de concentração fundiária, monocultura e reminiscências do trabalho escravo. Em resumo, a herança rural latifundiária mantinha o atraso que, por outro lado, enriquecia uma minoria aristocrática. Como essa classe venderia a sua “galinha dos ovos de ouro” em troca de uma ideia de mudança e lucros que se via inviável dada a própria condição de pobreza social que era o elemento de seu enriquecimento?

A urbe que cresceu, principalmente entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX, não era aquela dos modelos europeus. Queria sê-lo, mas não o era nem de longe. A condição da expansão urbana no Brasil fora em geral peculiar. Sérgio Buarque de Holanda (2014) chamou a atenção para os mecanismos usados pelos portugueses ao fundarem suas cidades coloniais. Vigorava um padrão “feitorial”, um equipamento rudimentar e sempre provisório que se adaptava às condições locais. Eram cidades, portanto, primadas pelo menor esforço, o resultado de uma aventura em apelo metódico. A estratégia era expandir o reino da forma mais rápida e lucrativa possível. Essa concepção inicial parece ter sobrevivido após o período colonial e permitido a consecução de um quadro muito particular de transposição – e mesmo expansão – da pobreza rural para uma pobreza urbana.

As cidades, em si mal organizadas, quase como esforços autônomos e coincidentes, vigoravam em meio à degeneração social. Dos centros econômicos, passando por bairros de classes abastadas, até chegar ao subúrbio e às favelas, o quadro era de uma desorganização hierarquicamente distribuída. No entanto, como já dito, onde havia agudização da pobreza havia a proliferação de problemas e a ausência do Poder Público. Ruas suburbanas não pavimentadas, inexistência de saneamento, dificuldade de locomoção. Ali a noção de cidade se esvaziava e ganhava uma classificação jocosa e depreciativa: era roça! Essa clara associação entre o rural e o atraso que expunha a dualidade de Brasis contrastivos acabava maculando as populações suburbanas e rurais.

Nesses espaços viviam trabalhadores assalariados, autônomos, tarefeiros, mascates, biscateiros, enfim, toda sorte de operários variados.

Eram, em sua maioria, negros e mulatos, remanescentes de quase quatro séculos de escravidão. A sua integração à nação brasileira se dava dessa forma, inviabilizada, estigmatizada, depreciada. Essa massa de pobres não era exatamente urbana, não detinha esse status, era uma subpopulação e uma sub-raça, porque suburbana. É sobre esse contexto, é sobre essa gente, é sobre essa existência angustiosa que Lima se bateu nas linhas que escreveu. E é sobre essa relação que este ensaio trata.

A cidade imaginada: controvérsias rurais-urbanas em Lima Barreto

Em alguma medida é possível questionar as possíveis raízes urbano-agrícolas da obra de Lima Barreto. A imagem desenvolvida por Lima em torno do Rio de Janeiro revela que ele dissociava suas múltiplas facetas. Compunha esses aspectos vários e diversificados tencionando o Rio da rua do Ouvidor, do nascente bairro *chic* de Botafogo, da Central do Brasil e o Rio dos subúrbios. Havia em sua compreensão muitas cidades numa só. Sua classificação pode inferir que “a cidade”, em seu melhor aspecto parisiense, ficava no centro. O subúrbio era qualquer coisa que flertava com a urbe, embora fosse mais parecido com uma roça. Nas diversas vezes que criticava esse desejo de cópia civilizacional eurocêntrica, pontuava também que a vida suburbana era a representação do atraso e das desigualdades sociais. O velho era ruralesco e destoava de um novo desejado que seria urbano.

Para compreender essas contradições sociais, é importante retomar o processo de transformações sociais em que o país se via envolvido. Lembre-se que Lima tinha sete anos quando fora decretada o fim da escravidão e oito quando teve início o período republicano. Viveu, portanto, uma adolescência sobre a República da Espada e sua juventude prosseguia pela República Oligárquica. Adulto, não chegou a presenciar as transformações da década de 1930.

Quando se relacionam processos étnicos da pós-abolição com as transformações da República, é imperioso considerar a escrita de Lima Barreto. Embora focado em questões da capital federal, ele tencionou justamente as questões que dão margem para pensar um país que se urbanizava, se posicionava intelectualmente (Positivismo) e, principalmente, um país que solidificava uma tradição excludente.

Representou uma literatura de contestação e resistência à *Belle Époque* (1871-1914), à modernização excludente, à inviabilização do passado escravocrata e latifundiário. Lima foi um homem da República Velha, não só pela temporalidade em si, mas porque representou as tensões da transição entre Império e República, muitas vezes tecendo ácidas críticas ao republicanismo em voga. Seria em si um monarquista recalçado? Talvez antes em republicano incomodado. A República agudizou os

conflitos sociais antes mantidos sob a esfera do poder moderador. Nesse sentido, ela deu uma cara explícita à violência institucional que antes era mascarada pelos ardores monárquicos.

A construção literária barretiana está ligada ao processo de transformação de uma estrutura oligárquica e rural para uma formação urbana e industrial. Seus textos testemunham essas alterações e pontuam criticamente a continuidade de mazelas, tais como o papel social do negro, do mestiço e dos trabalhadores pobres. Conforme Sérgio Buarque de Holanda (2014), a Abolição da Escravatura fora um golpe no modelo social de matriz rural que dominava o país. A escravidão, o latifúndio e o patriarcado formavam as bases da vida mental brasileira. Contudo, o período da República Velha (1889-1930) significou uma lenta e gradual derrocada desse paradigma. Embora as oligarquias tenham se mantido fortes no início da República, seu prestígio foi paulatinamente sendo suplantado pelo crescimento das cidades e o conseqüente descentramento do eixo de poder.

As raízes sociais brasileiras, ou modelos de sociabilidade, são, inequivocamente, rurais.² A forma como foram tecidas as estratégias de colonização portuguesa no Brasil estava diretamente ligada ao desenvolvimento de atividades agroexportadoras e também de atividades agrícolas e pecuárias para subsistência. Esse paradoxo fez vigorar duas perspectivas de ocupação do espaço rural, ou seja, de um lado a fazenda monocultora e de outro as populações dos arredores que viviam em regime de campesinato.

Como acentua Gilberto Freyre (2006), a monocultura esterilizava outras formas produtivas em seu entorno. Associada à escravidão, ela permitia que as famílias detentoras de terras tivessem a posse de muitas almas em seu redor, isto é, de negros e índios escravizados, mas também de toda sorte de sitiantes, trabalhadores volantes, assalariados, meeiros etc. Todo esse grupo era subjugado pelos desígnios da família proprietária. Essa família, por seu turno, era dominada pelo pai, pelo senhor de tudo e de todos. A relação de poder produzia uma lógica patriarcal intransponível e que sustentava o pressuposto de uma formação social rural. Dela decorria, ainda segundo Freyre, uma forma particular de miscigenação que derivava do apetite sexual dos varões europeus proprietários em relação às escravas.

² Como destaca João Fragoso (2009), fora a professora Maria Yedda Linhares uma das pioneiras e grandes incentivadoras do estudo da “face oculta da Lua”, isto é, os trabalhadores do meio rural que não faziam parte nem da Casa-Grande nem da Senzala. De certa forma, eram os indivíduos que não se enquadravam nas leituras estritamente estruturalistas e materialistas. Eram marginais, invisibilizados e desclassificados (MELLO; SOUZA, 1982). Esses lavradores pobres e sitiantes significavam a chave de compreensão sobre as relações sociais desenvolvidas no mundo rural brasileiro.

Contudo, essa polarização entre senhores e escravos era permeada pela existência de trabalhadores pobres e livres, comumente chamados camponeses. Nessa estrutura, essa relação de trabalho e produção convencionou-se chamar “brecha camponesa”. Como trata *Ciro Flamarion Cardoso* (2004), ela se constituía numa estratégia de sobrevivência entre trabalhadores livres sem-terra, escravos fugidos ou alforriados, pobres e desvalidos. Ocupavam espaços não aproveitados nas fazendas, com a anuência dos senhores e pagando renda com víveres que produziam. Outros se estabeleciam em lugares distanciados das vilas, em terras que não interessavam ao grande capital nem ao governo.

A brecha camponesa, de que fala *Cardoso* (2004), explica-se nas atividades produtivas, mais ou menos autônomas, desenvolvidas pelos escravos. Eram roças cujos frutos eram utilizados pelos cativos, podendo servir de alimentação ou prestarem-se à venda. Os escravos possuíam, como identifica o autor, em alguns casos, uma condição relativa de autonomia produtiva. Eram atividades variadas, dependentes e secundárias, ligadas a sazonalidade das atividades monocultoras que definiam, prioritariamente, suas relações produtivas. Nisso, é importante frisar, havia uma estratégia de aproveitamento da força de trabalho escravo que produziria parte de seu alimento, diminuindo os gastos dos senhores. Além disso, significava um lapso de autonomia para os escravos, ainda que mais sugerida do que real. Melhorava a relação deles com o senhor, dando-lhes uma prescrição psicológica de trabalho útil e evitando fugas e rebeliões. Como adverte *Cardoso* (2004), o escravo, mesmo escravo, é um sujeito social. Mesmo imputado ao cativo, possui pequenos espaços de decisão. Isso não engendra uma idilização de sua condição, apenas reconhece as brechas do sistema e aponta seus mecanismos de organização diante delas.

A classe social prioritária era a dos detentores da terra, dos senhores que garantiam seus privilégios a partir do latifúndio, arregimentando, além do poder econômico, o poder político. Na verdade, este último era consequência do primeiro, embora desenvolvido numa complexa rede que era mais do que meramente econômica. Como destaca *Victor Nunes Leal* (2012), a estrutura de poder das oligarquias sobrepunha a família ao Estado, isto é, o coronel detinha sobre um grupo local o poder de governo que se exprimia em favor de sua família e seus aliados. Não era apenas um domínio personalista, mas de clã, de linhagem, de genealogia.

A chave desse poder estava no localismo de seu domínio. O *locus* de sua ação era o município, especificando-se as vilas, freguesias, fazendas. A proximidade com os eleitores³ e sua dependência em relação a esses

³ Lima Barreto duvidava da lisura e da potencialidade das eleições republicanas como elemento democrático. Dizia que “dentre as muitas superstições políticas do nosso tempo, uma das mais curiosas é sem dúvida a das eleições” [...] “A superstição eleitoral é uma das

chefes permitiam uma troca de “favores”. Os moradores dessas localidades dependiam do auxílio financeiro, do uso da terra, de segurança, enfim, de toda sorte de serviços públicos que eram intermediados pelo coronel.⁴ Este ancorava sua posição no poder da Província (depois de 1889, Estados Federativos), especificado nas eleições executivas e na formação da Assembleia Legislativa e da Câmara Federal. O coronel via seu poder diminuir na medida em que o mundo rural se tornava dependente das definições urbanas. Processo lento, mas irreversível.

Do ponto de vista econômico, Caio Prado Jr. (2011) chamava a atenção (na década de 1940), para o fato de que o Brasil não conseguira transmutar sua herança colonial na construção de uma dinâmica efetivamente nacional. O sentido de nossa colonização fora servir como exportador de gêneros primários ao mundo europeu, enriquecendo a metrópole em detrimento da colônia. É uma dinâmica de exploração que vigorava, de acordo com Caio Prado, como elemento geral da mentalidade colonial. Essa disposição, segundo ele, sobreviveu ao fim da escravatura e à instauração da República.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. (PRADO JR., 2011, p. 29)

Caio Prado criticava o formato da economia colonial que não faz outra coisa a não ser explorar. O sentido da exploração é, ao mesmo tempo, o sentido da colonização: obter vantagens em favor da metrópole e em

nossas coisas modernas que mais há de fazer rir os nossos futuros bisnetos” (BARRETO, 2002, p. 74).

⁴ Como aponta Victor Nunes Leal: “completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural”. (2012, p. 47; grifos do autor).

benefício particular dos “empreendedores” que agiam no Brasil. Esse sentido colonial se comprometia com um tipo específico de agricultura que tinha na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo as suas efigies. O resultado era a concentração da riqueza. O problema incontornável, portanto, era a pobreza gerada por essa dinâmica rural aristocrática.⁵

Perceba-se que essa grande lavoura de que se fala era, essencialmente, litorânea. O interior era aos poucos ocupado, geralmente como área de expansão dos sítiantes que seguiam um fluxo de expulsão subsequente à implantação das novas plantações agroexportadoras. A técnica produtiva aplicada era arcaica⁶ e exigia a busca de novas terras em períodos curtos. Significava que além de promover a desigualdade, essas práticas redundavam em deterioração dos solos e do meio ambiente (PRADO JR., 2011).

A agricultura era o “nervo econômico da colonização”, como dizia Caio Prado (2011, p. 135). Distinguia-se a lavoura de exportação daquela de subsistência. Na sua concepção as atividades produtivas de subsistência eram subsidiárias e tinham pouca relevância na dinâmica econômica colonial. Entretanto, Cardoso (2004), considera sua importância e a define como não meramente acessória, mas primordial para o desenvolvimento da própria grande lavoura. Em síntese, não servia como apêndice do latifúndio, era sua base.

As atividades de subsistência não eram uma verdade universal. Em geral eram produtores preocupados com a própria sobrevivência, dada sua pobreza, ainda que pudessem vender algum excedente. A maior expressão dessa dinâmica não era a venda, mas a troca, reciprocidade. Em alguns casos, raros, podiam produzir já orientados para o comércio nas vilas, fazendas ou cidades próximas onde se localizavam. Nesse sentido, Castro (2009) expõe luz sobre as categorizações generalizantes em relação ao conjunto de trabalhadores livres, ou melhor, ilumina o lado escuro da lua. Questiona também até onde as noções de liberdade, de dependência, de pobreza, de marginalidade explicam esse conjunto de sujeitos que não são definidos pela dualidade senhor-escravo. As variações e a amplitude da realidade eram muito complexas para permitir uma redução conceitual.

⁵ A pobreza foi, e ainda é, uma marca significativa para designar a vida das populações rurais. A má distribuição de terras é o ponto central, mas não o único, donde se destaca uma marginalização pública e uma invisibilização sistemática das questões vividas por essa classe social em degradação constante.

⁶ O arcaísmo das lavouras coloniais era explicado pela disposição dos braços escravos que permitiam agir de forma rudimentar em favor de menores investimentos (FREYRE, 2006; HOLANDA, 2014; PRADO JR., 2012). Como destaca Darcy Ribeiro (1995), na concepção dos colonizadores havia negros para “gastar” e, portanto, a eles recaía o ônus dessa empresa colonizadora visceral.

Segundo Forman (1979), havia uma lógica de que, embora como controle, as terras eram subdivididas (arrendadas). O latifúndio poderia ser ressignificado, mesmo quando mantido. Ocorriam adaptações de acordo com cada caso, ainda que a hegemonia do processo produtivo estivesse definida pela grande propriedade, pela monocultura e pela escravidão. Durante a vigência do escravismo, era o próprio mecanismo de trabalho o fator central do processo produtivo. Com a sua extinção, é a propriedade da terra que centraliza a produção. Esse deslocamento influenciou diretamente nos trabalhadores livres pobres e a massa de ex-escravos, agora livres e também pobres. A pobreza, portanto, era o maior problema enfrentado por essa população.

A concentração da terra foi desde cedo o grande gerador de desigualdade social no país. A força política despendida desde muito cedo para não alterar essa dinâmica empurrou grandes contingentes de trabalhadores rurais sem-terra para uma vida urbana ainda mais degradante. A atração que as cidades exerciam no final do século XIX e início do século XX era um processo muitas vezes fatalista. Ir para a cidade não significava exatamente uma opção prestigiosa ou esperançosa, era uma alternativa ruim diante de um quadro rural ainda mais desalentador. Viver na urbe de trabalhos incertos, com ganhos ínfimos e com gastos robustos, confluía para a formação dos bolsões suburbanos e favelas. Esse quadro era um cenário de desencanto para aqueles que, como o próprio Lima Barreto, viam a modernização arruinar ainda mais a frágil perspectiva de vida. Daí a revolta, a ironia e o pessimismo que configuram o caráter da obra de nosso romancista.

O não acesso a terra a partir da Abolição (1888) e da Proclamação da República (1889) estava ligado à Lei de Terras (1850). A questão, porém, pode ser lida por dois interesses distintos, mas com consequências correlatas. Isto é, ao interditar a terra, os latifundiários poderiam ter à disposição uma mão de obra cativa e barata. Da mesma forma, na indústria nascente os braços dos camponeses pobres eram bem-vindos. Essa massa de posseiros, expropriados e ex-escravos via-se entre a exploração na fazenda e a exploração na cidade. O subúrbio é a saída urbana. A posse inconstante é a saída rural.

A realidade aqui apontada coexistia com o surgimento de novos elementos a partir dos anos 1850. A abolição do tráfico internacional de escravos, a Lei de Terras e o Código Comercial (ambos de 1850), a Lei de Hipotecas (1864), o avanço das estradas de ferro, ao que agrega a própria consolidação, no mercado internacional, do modo de produção capitalista – todos esses são elementos que apontam para uma sociedade em transformação. (FRAGOSO, 1996, p. 147)

Cabe ressaltar ainda que durante o século XIX ocorreu a transferência do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro. O açúcar representava, no decênio de 1821-1830, 30,1% das exportações, enquanto o café era responsável por 18,4%. Ao final do século, isto é, entre 1891-1900, o café garantia quase dois terços das exportações (64,5%) e o açúcar apenas 6,6% (FAUSTO, 1996). Essa equação escondia, porém, o aumento paulatino da população livre em relação à cativa, chegando a 84,7% em 1872. Considerando que as atividades agroexportadoras mantinham sua preponderância, é lícito inferir sobre o aumento das demandas internas e sobre a participação dos trabalhadores livres, camponeses, tarefeiros, meeiros, entre outros, nessa conjuntura (FRAGOSO, 1996).

Como afiança Fragoso (1996), a hegemonia da produção agroexportadora escravista não explica, por si só, a dinâmica da economia brasileira no século XIX. As atividades não capitalistas estavam também ligadas à grande lavoura, não sendo, contudo, mera estrutura complementar desta. O mercado interno ganhava fôlego e se articulava com a *plantation*, mas não dependia apenas dela, pois o abastecimento das cidades crescentes e lentamente industrializadas dava novo alento aos homens livres pobres.⁷ Vide o crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro entre o século XIX e XX.

Tabela 1 - Evolução Populacional da Cidade do Rio de Janeiro (1872-1940)

<i>Censo</i>	<i>População</i>	<i>Varição</i>
1872	274 972	-
1890	522 651	90,1%
1900	811 443	55,3%
1920	1 157 873	42,7%
1940	1 764 141	52,4%

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1872-1940).

No mesmo período, São Paulo também apresentava taxas de crescimento expressivas, porém não gozava da centralidade política e econômica do Rio de Janeiro. Centralidade que era deslocada conforme os governos republicanos oligarcas se mantinham no poder, contudo a

⁷ A noção de urbanização e industrialização é efetivada entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX, num processo que Fragoso (1996) chamava de dinâmica "lenta e tensa". De toda forma, as bases desse processo já se encontravam em curso a partir da década de 1850, com reformas e a paulatina desestabilização do mundo escravista, mas que reatualizou as estruturas agrárias concentradoras e conservadoras em nome de um projeto de modernização (LINHARES; SILVA, 1999).

capital federal continuava sendo o Rio de Janeiro. Esse crescimento vertiginoso era decorrência da industrialização e urbanização que deslocavam grandes contingentes rurais aliados a grandes quantitativos de imigrantes. As cidades se transformavam para atender as demandas de modernização, geralmente expondo a contradição entre estabelecidos e *outsiders* (ELIAS, SCOTSON, 2000), isto é, os moradores de bairros nobres e os pobres moradores dos subúrbios. Para Barbosa (1981, p. 121), o “povo assistia espantado à revolução urbanística”. Da mesma forma que o povo havia assistido “bestializado” a Proclamação da República em 1889 (LOBO, 1889), agora era surpreendido pela não inclusão nas transformações estruturais por que passava o país.

A abolição lançou o restante da mão de obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento da imigração estrangeira, especialmente de portugueses. (CARVALHO, 1987, p. 16)

Todavia, Carvalho (1987) questiona o suposto tom de apatia da população com a República. Assistira sim, bestializada, a proclamação, mas não estaria de todo alheio às mudanças em curso. Isso se devia às possibilidades que guardava o Rio de Janeiro para consolidar transformações em direção ao desenvolvimento da cidadania. O projeto não se efetivou porque não fora assim pensado. O autor insiste em que o Rio dos primeiros anos da República não era uma comunidade em si. Era antes o somatório de muitos mundos esparsos e desconexos. Cada cortiço, vila, favela, formava em si um mundo que se ligava por tortuosos caminhos a uma mentalidade de cidade em si. Pequenas repúblicas em meio à desejada república nacional.

De certa forma, vem daí uma propensa simpatia das populações mais pobres e também dos negros pela Monarquia. A República, ao contrário do que se esperava, não veio resolver-lhes os problemas, os agudizou, aplicando a violência como formato de remodelação urbana. Há também o peso que a Abolição teve no imaginário dessa população, entendida como um ato benevolente da Monarquia, que a República desconsiderou. Como diz Carvalho (1987), a maior expressão dessa simpatia estava, justamente, nas linhas traçadas por Lima. Ele tinha motivos pessoais e familiares para não simpatizar com o novo regime.

A mentalidade republicana imprimiu uma mescla variada de ideologias, nem sempre considerando as contradições entre as teorias e os conceitos, muitos, aliás, importados da Europa (CARVALHO, 1987). Concorde com essa noção Lília Schwarz (2012), para quem o Brasil produziu uma relação complexa entre ideias liberais e conservadoras, tais como liberais monarquistas, ou conservadores republicanos, ainda que quase todos

antiabolicionistas. Essa disposição híbrida fora apontada por Sérgio Buarque de Holanda (2014) já em 1936, ao referir-se sobre um pragmatismo particular que visava à manutenção dos privilégios em meio a um processo de modernização. Seria, portanto, uma modernização conservadora, repetida em vários outros momentos de nossa história nacional.

A República agudizou as desigualdades sociais por impor uma agenda mais efetiva da ação do Estado, isto é, aplicou princípios burocráticos e legislativos que incidiam diretamente na vida da população. A distância, e presumível apatia do governo imperial, agora se transformava numa incisão da mão estatal com o fito de produzir as reformas que a ordem mundial exigia. Uma ordem, é claro, elitista. Aí entra a própria influência da *Belle Époque* que fascinava os novos e velhos ricos da capital federal. Olhavam para o Rio e o queriam uma Paris, ou pelo menos uma Buenos Aires.

A visão de Lima acompanhava e compreendia essas transformações estruturais e o apelo para os ajustes sociais. Dizia: “está tudo mudado: Abolição, República... Como isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida; botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas, abrem outras... Estão doidos!!!” (BARRETO, 1992, p. 44). Lima destaca que o nascimento da República se fez com violência e imprimindo terror à sociedade. Queixava-se, porém, não apenas da violência policial e das rebeliões, mas de uma violência orgânica e sistemática. “Refiro-me à ação dos plutocratas, da sua influência seguida, constante, diurna e noturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento” (1956, p. 52). Esses plutocratas eram, primordialmente a oligarquia cafeeira e latifundiária paulista que influenciava as elites cariocas com suas fumaças de aristocracia tropical. Insinuava que a cidade buscava se equiparar a Paris. Como este era um objetivo longínquo, o primeiro passo era igualar e superar a própria Buenos Aires, para ser assim, cada vez mais europeia.

Lima dizia não gostar do passado, pois ele representava a continuidade das misérias no presente. Ansiava também pela modernidade. Mas desconfiava dela, por perceber que esses processos mantinham o mesmo tom de elitização, de segregação, de exploração e, em muitos casos, aprofundavam ainda mais essas distâncias sociais. Na prática, as relações de poder se mantinham e pendiam para que as elites pudessem dominar as mentalidades e ditar a ordem do dia. Como aponta Costa (1993), esses se tornavam os desafios do pensamento barretiano. Ele pobre, mulato e alcoólatra percebe que a realidade ao redor o expõe, assim como os seus, a uma condição de vida cotidianamente mais indigna.

A literatura nisso infligia com sua benevolência de amenidades. Enquanto produziam-se romances com estilo bucólico, tecendo analogias

sobre a pujança dos trópicos, da riqueza e de seu bom gosto, o grosso da população cavava os níqueis para o bonde, para o carvão, para o café e o pão com manteiga. A modernização não havia lhes atingido senão como tragédia, quando as medidas higiênicas e as obras públicas desodorizavam a cidade em favor do porvir (RAGO, 1985).

A sobreposição dessas contradições irrompeu na Revolta da Vacina, em 1904. O principal motivo fora, segundo Carvalho (1987), o conjunto de ações higiênicas que predicavam, além da vacinação obrigatória, a entrada nas casas, a limpeza de terrenos, o cumprimento de ordens de asseamento, enfim, uma espécie de intromissão pública em ambiente familiar e privado. Seria ofensa, na época, o chefe da família ter sua casa invadida por funcionários públicos e ver expostas sua esposa e filhas. A questão moral tomou grande impacto no processo.

Os princípios de moralização decaíam, sobretudo, sobre os operários urbanos (RAGO, 1985). Sobre eles recaía um conjunto de adjetivos pouco edificantes, tais como: selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas. Qual sua origem? De certo seriam imigrantes de vários matizes, principalmente portugueses, espanhóis e italianos.⁸ Porém, para além deles, é possível julgar a participação maioritária de contingentes de roceiros migrados, de ex-escravos, trabalhadores volantes etc.

Compreenda-se que vigia, em finais do século XIX e inícios do século XX, uma sedução pelas teorias organicistas - vide o desenvolvimento do Positivismo. Se a sociedade era um corpo, portanto precisava-se limpá-la, extirpar-lhe os germes, as células não funcionais. Essa mentalidade era dividida entre o pensamento médico e político da época. A preocupação com a saúde da sociedade tinha muitas variáveis em relação ao Poder Público. Menos doentes significava menos gastos, mas principalmente a disposição de braços fortes para o trabalho. É um valor moralizador e econômico ao mesmo tempo. No entanto, essa massa de trabalhadores pobres e de pobres não trabalhadores se viu invadida pelo Estado em sua moral higiênica e doméstica. A associação, dir-se-á, perversa, entre a modernidade e o autoritarismo exasperaram a exclusão social já gritante no Rio de Janeiro do início do século XX (BATALHA, 2012).

Nesse sentido, é questionada a noção da apatia dos brasileiros ante as transformações políticas como já apontado por Carvalho (1987). Essa suposta tradição de aceitação automática nunca fora verdade. Os movimentos de escravos e de trabalhadores pobres foram constantes em toda história da Colônia e do Império. O discurso hegemônico

⁸ Seria o caso de pensar o higienismo para além dos negros e mestiços? Passa-se uma noção de que existem os "da terra", já acostumados com o tropicalismo e com os hábitos brasileiros, e os estrangeiros, ainda não iniciados em nossos rituais. Mas seriam esses expedientes civilizados? Na obra *O mulato*, de Aluísio Azevedo (1969), por exemplo, é indicada a falta de higiene do português Luís Dias que tendo adoecido fora aconselhado a melhor assear-se, pois o clima brasileiro exigia esses cuidados específicos.

tendencialmente traduziu-os como expressões de menor importância. No caso da República, é fato de que havia desmobilização e confusão de informações. No entanto, houve, sempre, um tom pragmático na forma como o povo e as elites trataram das suas questões mais particulares. A própria mistura de ideologias vai nesse caminho. Usar e adaptar teorias é ressignificar o contraditório e ponderar partes que lhes convém. O movimento da Revolta da Vacina será lido por Lima justamente como uma convulsão ante as contradições decorrentes do Estado. Defendia que a tomada de posição popular fora a grande marca do movimento ao enfrentar o poder militar e mostrar-lhe a capacidade de empoderamento.

Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava. O governo diz que os opositoristas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente. Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar. Pela vez primeira, eu vi entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortez, se convenceu de que eles também eram mortais. (BARRETO, 1961, p. 54)

Desses espaços, porém, sobressai a dicotomia Centro-Subúrbio. O centro evocava o modelo de modernidade, capitaneado pela charmosa rua do Ouvidor, considerada a “sala de visitas da cidade, onde desfilavam políticos, literatos e moças elegantes (BARBOSA, 1981, p. 67), e depois pela avenida Central (atual Rio Branco).

Em geral, Barreto tratou de questões urbanas. Todavia, quando tratava dos problemas da cidade ou criticava a burocracia utilizava a alegoria inversa de uma vida simples e campônia, da serenidade de camponês etc. Assim, apareciam suas caracterizações sobre os subúrbios. Comentava que as edificações suburbanas, bem como suas ruas, seguiam traçados aleatórios, sem método ou formas lógicas: “há algumas delas que começam largas como boulevards e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado” (BARRETO, 1998, p. 90). O desprezo pela linha reta fora também apontado por Holanda (2014) com relação às estratégias de urbanização dos portugueses.

Este Rio é ipiuitoestrambotico. Estende-se pr'a aqui, pr'a ali; as partes não se unem bem, vivem tão segregadas que, por mais que aumente a população, nunca apresentará o aspecto de uma grande capital, movimentada densamente. [...] É que o Rio de Janeiro não

foi edificado segundo o estabelecido na teoria das perpendiculares e oblíquas. Ela sofreu, como todas as cidades espontâneas, o influxo do local em que se edificou e das vicissitudes sociais por que passou. (BARRETO, 1919, p. 57-58).

Essa fuga da racionalidade incomodava Lima, que era dado ao raciocínio matematicamente organizado, influência também do Positivismo e de seus anos estudando engenharia na Escola Politécnica. Contudo, explicava que havia outras motivações também lógicas. A primeira devia-se à pobreza dos seus construtores que optavam pelo menor dispêndio de recursos. A segunda era a inoperância do setor público, interessado em promover a modernização urbana no centro da cidade e relegar aos subúrbios e às favelas uma organização autônoma, isto é, sob a própria sorte.

Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro. Nem lhes facilita a morte, isto é, o acesso aos cemitérios locais. (BARRETO, 1999, p. 90)

Indicava a diversidade de edificações, de gentes, de modos de ser e vestir. O subúrbio era a imagem mais clara do Brasil: miscigenado e pobre. Essa pobreza adensada vinculava-se à pobreza rural que preexistia nestes espaços e dava o tom melancólico das comunidades sempre distantes e distanciadas. Era um quadro desalentador. Não existiam jardins, praças, casas ornadas, ruas ordenadas, calçadas, saneamento, eletricidade. O subúrbio, para Lima, era o depósito de sofrimentos, de vidas desiludidas, da última opção humana. Deixava transparecer, às vezes, que havia alegria nestes lugares, porém não era a sua, comprovando mais uma vez que sua visão do Rio de Janeiro era a visão da sua tragédia pessoal. Como aparece em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, trata de sua relação distópica com a cidade: “saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim!” (BARRETO, 1919, p. 23). Nesse sentido, o subúrbio personifica a sua dor, que era também a dor de muitos outros – quiçá não de todos, pois a pobreza era ordem geral.

Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis

que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar. Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem. (BARRETO, 1998, p. 91).

Esse quadro suburbano, eivado de lamúrias e de lutas diárias pela sobrevivência, era também o quadro em que vivia o próprio Lima. Ele falava do desalento dessa população muito informado pelo seu próprio, embora o quadro fosse um todo de misérias compartilhadas e de uma renitente administração da escassez.

Admirava-me que essa gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável. (BARRETO, 1992, p. 138)

Essa cidade tristemente segregada era o Rio de Janeiro de Lima. E era a maior personificação de cidade existente no Brasil. Era não “uma” cidade, mas “a” cidade, cabendo ao “resto” a alcunha de “interior”. Aquela que suplantaria um passado arcaico e rural. Aos poucos galgava prestígio, porém, com a República, com os anseios parisienses, bonarianos, londrinos aumentaram exponencialmente as fumaças de metrópole civilizada. Fosse talvez uma tentativa de antítese do poder oligárquico, pretensamente financiado por ele, essa contradição inspirava tencionar uma elite urbana que se fazia à custa da pobreza dos subúrbios e do meio rural.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1998) – apontado por muitos como sua obra mais completa e difundida –, Lima expôs uma interpretação do rural eivada de idilismo. Inspirado na vida do pai e ligado à experiência já vivida na Ilha do Governador construiu uma imagem, a princípio positiva do campo, mas que sucumbia à falta de modernização e pelo esquecimento estatal. Apresentava a noção de que no interior era possível “tirar da terra o alimento, a alegria e a fortuna” (BARRETO, 1998, p. 80).

Resaltava o fato de existirem terras sem emprego, abandonadas e que poderiam servir melhor aos propósitos da nação. Quaresma, por exemplo, é pintado como visionário e defensor das possibilidades da agricultura brasileira, também por ser brasileiro. Em certa medida aponta para a questão da vocação agrícola, sempre defendida em relação ao país, mas questionada em relação ao seu povo. Os braços estrangeiros, principalmente europeus não ibéricos, eram requisitados para tais projetos (PETRONE, 1982).

Ele foi contente. Como era tão simples viver na nossa terra! Quatro contos de réis por ano, tirados da terra, facilmente, docemente, alegremente! Oh! terra abençoada! Como é que toda a gente queria ser empregado público, apodrecer numa banca, sofrer na sua independência e no seu orgulho? Como é que se preferia viver em casas apertadas, sem ar, sem luz, respirar um ambiente epidêmico, sustentar-se de maus alimentos, quando se podia tão facilmente obter uma vida feliz, farta, livre, alegre e saudável?". (BARRETO, 1998, p. 82)

A energia despendida por Policarpo Quaresma para aplicar uma administração racional e moderna no sítio Sossego logo se viu esvaída pela rudeza que impunha a natureza. Como poderia falhar a ciência numa tarefa tão elementar? Como podia ele, com seus cálculos e inventários, ser orientado por um preto velho que aprendera o ofício da terra pelos costumes tradicionais e ultrapassados? Essas questões colocavam em conflito as ideias modernizantes e a sabedoria roceira tradicional, tal qual apresentada por Monteiro Lobato em *Urupês* (1965). São dois mundos interligados, mas distantes. Em passagem de *Triste Fim*, a afilhada de Policarpo, Olga, faz um passeio às cercanias do sítio Sossego e se espanta com as condições de vida daquela população.

O que mais a impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre. Educada na cidade, ela tinha dos roceiros ideia de que eram felizes, saudáveis e alegres. Havendo tanto barro, tanta água, por que as casas não eram de tijolos e não tinham telhas? Era sempre aquele sapê sinistro e aquele "sopapo" que deixava ver a trama de varas, como o esqueleto de um doente. Por que, ao redor dessas casas, não havia culturas, uma horta, um pomar? Não seria tão fácil, trabalho de horas? E não havia gado, nem grande nem pequeno. Era raro uma cabra, um carneiro. Por quê? Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era mais animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta suculenta. A não ser o café e um milhoal, aqui e ali, ela não pôde ver outra lavoura, outra indústria agrícola. Não podia ser preguiça só ou indolência. Para o seu gasto, para uso próprio, o homem tem sempre energia para trabalhar. As populações mais acusadas de preguiça, trabalham relativamente. Na África, na Índia, na Cochinchina, em toda parte, os casais, as famílias, as tribos, plantam um pouco, algumas coisas para eles. Seria a terra? Que seria? E todas essas questões desafiavam a sua curiosidade, o seu desejo de saber, e também a sua piedade e simpatia por aqueles párias, maltrapilhos, mal alojados, talvez com fome, sorumbáticos!... (BARRETO, 1998, p. 111-12)

Nessa conjuntura, Lima apresentou a contradição em relação ao uso da terra. Insinua que o problema da pobreza das populações rurais estava ligado diretamente ao acesso a terra. No diálogo transcrito abaixo, Lima

expõe a figura de um roceiro descendente de escravos que trata da sua condição de vida para Olga, que não compreendia os problemas estruturais da dinâmica agrária. Além disso, tece uma crítica aos programas de colonização e imigração desenvolvidos pelo governo, em detrimento do abandono das populações pobres nacionais.

Olga encontrou o camarada cá embaixo, cortando a machado as madeiras mais grossas; Anastácio estava no alto, na orla do mato, juntando, a ancinho, as folhas caídas. Ela lhe falou. – Bons dias, “sá dona”. – Então trabalha-se muito, Felizardo? – O que se pode. – Estive ontem no Carico, bonito lugar... Onde é que você mora, Felizardo? – É doutra banda, na estrada da vila. – É grande o sítio de você? – Tem alguma terra, sim senhora, “sá dona”. – Você por que não planta para você? – “Quásá dona!”. O que é que a gente come? – O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro. – “Sá dona tá” pensando uma coisa e a coisa é outra. Enquanto planta cresce, e então? “Quá, sá dona”, não é assim. Deu uma machadada; o tronco escapou: colocou-o melhor no picador e, antes de desferir o machado, ainda disse: – Terra não é nossa... E “frumiga”?... Nós não “tem” ferramenta... isso é bom para italiano ou “alamão”, que governo dá tudo... Governo não gosta de nós... Desferiu o machado, firme, seguro; e o rugoso tronco se abriu em duas partes, quase iguais, de um claro amarelado, onde o cerne escuro começava a aparecer. Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pôde. Era certo. Pela primeira vez notava que o *self-help* do Governo era só para os nacionais; para os outros todos os auxílios e facilidades, não contando com a sua anterior educação e apoio dos patrícios. E a terra não era dele? Mas de quem era então, tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos? (BARRETO, 1998, p. 112-113)

Lima defendia pressupostos socialistas e anarquistas, embora não assumisse essas filosofias. Era favorável ao confisco dos bens de “certas ordens religiosas” (BARRETO, 1956). Advogava em favor de limitar a ação da burguesia nociva. Dizia que a herança deveria ser confiscada pelo Estado. Nisso também incorria reformar o casamento, permitindo o divórcio. No artigo em que defende essas questões, ele assume que fora inspirado pela Revolução Russa.

Em artigo específico sobre a Reforma Agrária (BARRETO, 1956), ou problema agrário, Lima intitulou a questão de “Problema Vital”, fazendo referência a um conjunto de trabalhos de Monteiro Lobato⁹. Conforme Lima, as obras traçavam um retrato das dificuldades – “desgraças” – da

⁹ Monteiro Lobato era um articulador da obra de Lima Barreto. Além de se corresponderem e trocarem experiências literárias, Lobato foi editor e incentivador de Lima.

população roceira do Brasil. Chama a atenção para a questão da saúde dessas pessoas. Questiona a posição que os teóricos da saúde coletiva da época estavam indicando, ou seja, a perspectiva higienista sem transformação social. Considerava que os problemas de higiene e alimentação estavam ligados à pobreza dessa população e que esta, por sua vez, estava associada ao acesso a terra e condições de produção. Em síntese, a fazenda seria o grande obstáculo para a melhoria da vida dos roceiros.

A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola - a fazenda. Nascida sob o influxo do regímen do trabalho escravo, ela vai se eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. Mesmo, em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse do seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras. Deve ter uma parte de matas virgens, outra de capoeira, outra de pastagens, tantos alqueires de pés de café, casa de moradia, de colonos, currais, etc. Para isso, todos aqueles agregados ou cousa que valha, que são admitidos a habitar no latifúndio, têm uma posse precária das terras que usufruem; e, não sei se está isto nas leis, mas nos costumes está, não podem construir casa de telha, para não adquirirem nenhum direito de locação mais estável. Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a "fazenda". (BARRETO, 1956, p. 132-33)

É importante salientar a eloquência com que o autor aponta os problemas sociais desencadeados pela concentração fundiária. Não seria comum ler posições correlatas num momento em que se viviam ainda tempos áureos das oligarquias rurais baseadas no latifúndio (o artigo data de 1918). Obviamente que Lima não haveria de ser voz única, mas bem pode ser compreendido como voz destoante, visto que em geral os romancistas estavam preocupados com a verve urbana e com as questões de imitação da *civilité*. Termina seu artigo defendendo medidas expressivas de distribuição de terras.

Precisamos combater o regímen capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na "Casa Grande" ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o "Problema Vital". (BARRETO, 1956, p. 133)

Nas crônicas sobre a Brazundanga (BARRETO, 2002), nome de um país imaginário que Lima cria para ironizar o Brasil, aparece uma imagem bastante vívida das impressões dele sobre a conjuntura da nação. Citava, na mesma obra, o peso que o café tinha sobre as finanças do país. Dizia que o café era a maior riqueza e também a maior pobreza, já que era cultivado em latifúndios e por uma elite que gastava com suas obsessões e sangrava o Tesouro Nacional nos momentos de crise. É uma crítica à organização social pautada numa estrutura desigual que converge da Colônia para a República.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a cousa mas fácil desta vida. Vive sugada; esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres. (BARRETO, 2002, p. 44).

A Brazundanga seria um país agrícola, mas sem agricultura, visto que o latifúndio era a instituição mais importante e não as práticas de cultivo. Dizia que os trabalhadores eram tidos como párias e expulsos das terras onde trabalhavam. Quando não fossem expulsos recebiam salários baixíssimos. Sua condição de pobreza induzia-os a permanecer nessas condições de ignobilidade social. Seus preceptores, os fazendeiros, alastravam o poder comandando a política e produzindo uma sociedade medíocre, que se depreciava em cavações de favores e corrompia-se de alto a baixo.

A Bruzundanga, como o Brasil, é um país essencialmente agrícola; e, como o Brasil, pode-se dizer que não tem agricultura. O regímen de propriedade agrícola lá, regímen de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma – situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários. (BARRETO, 2002, p. 64)

O detalhe subjacente à questão é que tanto o caso das reformas urbanas postas a ferro no Rio de Janeiro quanto os problemas higienistas da população rural desconsideram as causas estruturais dos problemas. Sem a compreensão daquilo que gerava a pobreza e miséria desses contingentes, era fácil supor a controvérsia das medidas adotadas. O pobre, por ser pobre é culpado por sua pobreza e por seus maus hábitos.

Apontar culpados e impor ações inquestionáveis foi o expediente corrente à época. Esse ponto é importante porque toca no cerne da ação política nacional republicana, isto é, a proposição de política pública, ou melhor, a definição do papel do Estado. Em geral esse papel é minimizado quanto à estrutura social e maximizado quanto ao controle operacional. A controvérsia está para a política tanto quanto a crença para a religião.

Lima Barreto se dispõe como um autor de protesto. Todavia, sua imagem social é tolhida pela noção urbana, mais próxima da noção requerida de *civilité*, mesmo que criticasse a cópia tragicômica que a elite carioca fazia dela. Tomar o camponês como um rude é, por suposto, classificar os elementos do velho e do novo, do antigo e do moderno. Da mesma forma, tratar do espaço rural como idílico, sem, contudo, viver nele. Esse paradoxo se aproxima daquelas críticas feitas por Raymond Williams (1989), que tratava das visões positivadas do mundo camponês como uma vinculação provisória e imaginária. O rural da vida prática é rude e atrasado. O rural das visitas e das férias é glorioso.

Objetivamente que ao pensar o Brasil e seus aspectos rurais, seria mais convencional investigar questões ou mesmo obras que relatem o interior. No entanto, o laboratório social criado pelas intrincadas relações e fricções sociais da capital imperial e depois federal se constituiu num exercício profícuo porque desafiador. Nisso, concorda-se com a preocupação epistemológica de José de Souza Martins (1981), para quem o entendimento da realidade social precisa superar as posições dicotômicas como Rural e Urbano. Lima talvez esboce um exemplo dessa relação. Embora não a rompa, traz elementos significativos para pensar que, independente dos ambientes, os processos eram para ele a centralidade da explicação.

Considerações finais

É possível afirmar que Lima Barreto produz uma obra singular ao fugir dos rótulos literários. Suas faltas e seus defeitos são parte de toda mensagem distópica e pessimista que quis desenvolver. Uma tragédia pessoal permitiu apontar, na sociedade brasileira, um conjunto de hipocrisias, controvérsias e engodos. A população, em geral, se acostumou com essas pequenas depreciações particulares cotidianas a ponto de naturalizar a desigualdade e a segregação como um pecado original de formação. Esse é o ponto. A sociedade brasileira é fruto de uma produção histórica e, como tal, teve nesses processos a gestação de seus problemas. Apontar bodes expiatórios tem sido a solução mais cômoda, porém a menos perspicaz.

Quando se assiste aos noticiários que tratam da violência urbana, da pobreza rural e da favelização é comum imputar sobre esses atores sociais específicos a culpa por sua condição. O Rio de Janeiro, que tantos literatos

tratam em letra de forma, é o exemplo máximo dessa suposta noção de fracasso nacional. A conjuntura, por outro lado, aponta para uma tessitura definhada por anos de exploração, por revoluções castradas, por uma utopia ridicularizada. A compreensão do passado rural monocultor e latifundiário, da realidade escravista, da política de conveniências explica em grande medida os contrastes que se veem agudizar atualmente.

O mundo rural brasileiro é expressão de injustiças sociais. O desdobramento urbano não é contrário, aliás, é seu complemento trágico. Essa tragédia é mais sensível para aqueles que permaneceram escamoteados de qualquer projeto de nação. Negros, indígenas e mulheres continuam como elementos desconexos do discurso hegemônico. Em Lima, o rural é relativizado e associado ao urbano por suas mazelas. A contradição irrompe no sentido de desqualificar o subúrbio como roça e tratar do rural como ambiente idílico. Não é o caráter contraditório um problema, mas a evidência das dinâmicas que se permeiam pela pobreza e sua permanência como resultado de projeções não inclusivas. Destas, o que permanece de maneira mais cínica é que nesse país a hipocrisia é o alento dos carrascos.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, A. *O mulato*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto, 1881-1922*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1981.
- BARRETO, A. H. L. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- _____. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Klick Editora, 1999.
- _____. *Diário Íntimo*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. *Os Bruzundangas*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- _____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 5ª. ed. São Paulo: FTD, 1998.
- _____. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Edição da Revista do Brasil. São Paulo, 1919.
- BATALHA, M. C. Lima Barreto e o viés do realismo popular na literatura brasileira. *Pensares em Revista*, São Gonçalo, n. 1, p. 51-65, jul.-dez. 2012.
- CARDOSO, C. F. *Escravo ou camponês: o protocampesiano negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- CASTRO, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.
- COSTA, F. M. Um Lima Barreto atual e irreverente. In: BARRETO, L. *A Nova Califórnia e outros contos*. Rio de Janeiro: Revan, 1993, p. 9-12.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 1996.
- FORMAN, S. *Camponeses, sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRAGOSO, J. L. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 145-196.
- _____. Prefácio. In: CASTRO, Hebe. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p. 9-10.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 27ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. *Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LOBATO, M. *Urupês*. 37ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LOBO, A. Carta. *Diário Popular*. São Paulo, 18 nov. 1889.
- MARTINS, J. S. As coisas no lugar. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 11-38.
- MELLO E SOUZA, L. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- PETRONE, M. T. *O imigrante e a pequena propriedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KUMMER, Rodrigo. A cidade imaginada: controvérsias rurais-urbanas em Lima Barreto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, junho de 2018, vol. 26, n. 2, p. 309-427, ISSN 2526-7752.

Resumo: (*A cidade imaginada: controvérsias rurais-urbanas em Lima Barreto*). A obra de Afonso Henriques Lima Barreto (1881-1922) é uma das mais singulares da literatura brasileira, transitando entre crítica social e sátiras ácidas. Lima Barreto apresenta um quadro indelével da transição do Império para República no Brasil e do destino dos negros, não incorporados ao “novo” projeto social. Não escreveu como cronista histórico, senão como um caricaturista e depoente particular. O romancista era mulato e pobre, e sofrera os estigmas de sua condição desde cedo. O apadrinhamento e os esforços da família lhe permitiram os estudos, embora não os concluísse. Projetos de glória castrados pela imanência das injustiças que pululavam na eminente cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. As linhas traçadas por Lima revelam uma cidade desigual, preconceituosa e corrupta. O subúrbio surge como antítese de cidade. Muito mais ruralesco que o Centro ou a Zona Sul, nele via-se crescerem os casebres de operários, mascates, em um sem-número de excluídos da modernidade republicana. A propalada modernidade chegou, porém, como violenta forma de higienização. Cabedal da República, as reformas sociais eram em geral reordenamento entre o poder oligárquico e a burguesia urbana. De toda forma, os pobres, e destes, os negros, pagavam maior pecúlio ante as exigências de tornar o Rio uma nova Paris. Em meio a esses momentos marcantes da construção da nação que somos, Lima apresenta uma versão pragmática. Nem os homens, nem os ares, nem a terra. O problema reside nos mecanismos empregados para pôr em ação essas variáveis todas. Autocrítica seria o termo mais adequado. Como ela ficava sufocada na vida social, coube tolhê-la postumamente em sua obra. Dela, neste empreendimento, interessa problematizar a interpretação que Lima produziu sobre as relações urbanas no Rio de Janeiro dos primeiros anos da República. Aquela cidade foi representada como um misto de simpatia e

pessimismo, ampliando os horizontes suburbanos e apontando para o ambiente de ruralismo e pobreza que definia o país.

Palavras-chave: Lima Barreto; literatura, urbanidade, ruralidade.

Abstract: (*The imagined city: rural-urban disputes in Lima Barreto*). The work of Afonso Henriques Lima Barreto (1881-1922) is one of the most singular in Brazilian literature, moving between social criticism and acid satire. Lima Barreto presents an indelible picture of the transition from the Empire to the Republic in Brazil and the fate of Afro-Brazilians, not incorporated into the "new" social project. He did not write as a historical chronicler, but as a caricaturist and private deponent. The novelist was mulatto and poor and suffered the stigmas of his condition from an early age. The family's sponsorship and efforts allowed him to access studies, although he did not conclude them. Glorious projects were castrated by the immanence of the injustices that swarmed in the eminent city of São Sebastião do Rio de Janeiro. The lines drawn by Lima reveal an unequal, prejudiced and corrupt city. The suburb emerges as the antithesis of a city. Much more rural than the Center or South Zone, the suburb saw the growth of worker and peddler huts, comprising an infinite number of those excluded from the republican modernity. However, modernity came as a violent form of sanitation. In the case of the Republic, social reforms were generally composed of a reordering between the oligarchic power and the urban bourgeoisie. In any case, the poor, and among these, Afro-Brazilians, paid more for the demands of making Rio a new Paris. Amidst these striking moments in the construction of the nation that we are, Lima presents a pragmatic version. Not the men, not the airs, not the land. The problem lies in the mechanisms employed to put these variables into action. Self-criticism would be the most appropriate term. As this was suffocated in social life, it was necessary to insert it posthumously in his work. In this enterprise, it is of interest to problematize the interpretation that Lima produced on the urban relations in Rio de Janeiro during the first years of the Republic. That city was represented as a mixture of sympathy and pessimism, extending the suburban horizons and pointing toward the environment of ruralism and poverty that defined the country.

Keywords: Lima Barreto, literature, urbanity, rurality.

Recebido em janeiro de 2018.

Aceito em março de 2018.